

Para um desenvolvimento em novas bases

Marco Aurélio Nogueira

Hoje, quando falamos em desenvolvimento, somos arrastados por alguns temas inevitáveis, que se impõem por sobre posicionamentos políticos, opções doutrinárias e escolhas teóricas.

1. Estamos sentindo as dores e os prazeres de um **quádruplo esgotamento**.

(1.a) Esgotou-se, antes de tudo, o **modelo de desenvolvimento** que fez a glória do capitalismo no correr dos últimos dois séculos: agressivo, destruidor do trabalho humano, predador da natureza, impulsionador da produção intensiva de bens de consumo supérfluos, baseado na subordinação da ciência e da tecnologia aos ditames da produção mercantil, cronicamente incapaz de produzir, ao mesmo tempo que progresso técnico e superprodução de bens, padrões superiores de vida coletiva, trabalho e distribuição de renda. Por mais que esse modelo continue a se reproduzir em escala mundial, ele não parece mais dar conta de suas contradições e ambigüidades, e perde consensos de modo generalizado. Sequer a passagem do modelo de uma fase “fordista-taylorista”, marcada pela rigidez e pelo trabalho-intensivo, para uma fase de “acumulação flexível”, marcada pela tecnologia-intensiva e pelos impulsos eletro-eletrônicos, melhorou sua sorte. Aliás, são muitos os indícios e os indicadores de que o capitalismo flexível e informático produz ainda mais barbárie e horror do que antes: nunca foi tão grande o contraste entre opulência concentrada e miséria disseminada, entre o estoque extraordinário de conhecimentos científicos e a progressão de doenças epidêmicas primitivas, etc.

(1.b) Esgotou-se também o **modelo neoliberal** com que se tentou, dos anos 70 em diante, responder à falência do modelo taylorista-fordista, contornar a crise do Estado de Bem-Estar e repor a centralidade do mercado, a partir de políticas de desregulamentação e de ajustes de clara orientação monetarista. Ainda que o programa neoliberal persista de forma dissimulada nas agendas governamentais que abriram o século XXI, ficou ostensivamente patente a sua inadequação aos ideais de uma “boa sociedade” ou mesmo de uma economia capaz de realizar a essência do capitalismo. Os estragos acumulados, o aumento da miséria e da desigualdade, a tragédia do desemprego, deixaram evidente que os mercados, por si sós, não têm condições de levar a resultados socialmente

justos e economicamente eficientes. Os próprios fundamentos éticos e intelectuais do *laissez-faire*, que haviam ensaiado um retorno triunfal nos anos 1980, chegaram ao início do século XXI em estado de penúria lógica e moral.

O reformismo neoliberal não oferece alternativa real aos problemas do capitalismo. Se se pode aceitar que o neoliberalismo conseguiu “ajustar” a economia capitalista e conter a hiperinflação, não há como negar que agora ele se tornou um perigo, ameaçando paralisar o enfermo e condená-lo a morrer curado. Os cenários mais facilmente percebidos não autorizam visões otimistas: o espectro da crise agiganta-se por toda a parte, produzindo turbulências no plano societal e no individual, no mercado e no Estado, pondo em risco equilíbrios e direitos.

A despeito dos ininterruptos avanços tecnológicos, das descobertas da ciência e das conquistas produtivas, a desigualdade continua viva e operante. Desníveis brutais de renda, de escolaridade, de saúde, de nutrição, de oportunidades, continuam a separar os homens. Irrompem onde antes havia padrões invejáveis de equidade, penetrando pelas fendas da ordem social, encarapitados nos ombros de desempregados, estrangeiros e migrantes. Cristalizam-se e ganham inédito aprofundamento em países historicamente desnivelados e que há décadas vivem na expectativa de que estaria para se iniciar uma era de maior justiça social. A desigualdade alarga-se por conta da reprodução exaustiva do passado, por efeito da revolução tecnológica e como conseqüência da combinação de novos e antigos problemas sociais. Hoje, a rigor, todos os países estão expostos a ela. Naqueles que mergulham de modo mais passivo na globalização, o impacto é demolidor.

(1.c) Na esteira deste processo, esgotou-se também, nos países capitalistas periféricos, o **modelo desenvolvimentista** construído entre as décadas de 30 e 60, sustentado pela regulação e pela intervenção do Estado, pela “substituição de importações” e, mais tarde, pelo endividamento das economias, por milagres econômicos que aceleraram artificialmente a industrialização e não promoveram avanços simultâneos no plano social.

(1.d) Esgotou-se, enfim, por ter alcançado sua plena explicitação, a **crise da esquerda**, que bem ou mal acompanhou as vicissitudes do neoliberalismo, recebeu o impacto das mudanças estruturais que afetaram as sociedades contemporâneas e sentiu os efeitos da desagregação do sistema socialista do Leste europeu. Desse ponto de vista, o final do século XX foi riquíssimo e pleno de novidades e paradoxos.

Na grande maioria dos países e nas diversas posições do espectro político-ideológico, fazem-se sentir os sintomas deste quádruplo esgotamento. Trata-se de algo ainda impreciso e sem rumo nítido, muito concentrado na retomada de algum protagonismo

social-democrata (a "terceira via") e em esforços de reinvenção que envolvem antigos alinhamentos partidários, comunidades virtuais, organizações civis, movimentos sociais e instituições governamentais. Não há, porém, como fechar os olhos para as determinações, os efeitos e os desdobramentos potenciais da situação. Progressivamente, a movimentação "alternativa" foi ganhando ímpeto e se alastrando por diferentes países, infiltrando-se, como opinião e como incentivo à ação, pelos interstícios da vida contemporânea, a ponto de reivindicar a constituição de uma "sociedade civil" a ela vinculada. As sucessivas reuniões do Fórum Social Mundial, as ações ecológicas e ambientalistas, a proliferação de associações e movimentos antiglobalização, o rápido crescimento da cibermilitância, possível graças à ampla difusão da Internet, tudo foi mostrando que homens e mulheres, grupos e classes sociais, ainda que num cenário dramaticamente condicionado pela ação de poderosos conglomerados e organizado sob a forma de um "império", se agitam e se mexem sem cessar.

São fatos que anunciam um aumento do desconforto global e da disposição cívica de lutar por um "outro mundo". Uma espécie de reversão parece estar em marcha, dizendo respeito seja à movimentação social, seja ao campo político-cultural mais especificamente demarcado pela esquerda e pela democracia.

2. Houve um tempo, não muito distante, em que se acreditava que a pobreza e a desigualdade representavam uma espécie de "sacrifício" inevitável: eram o preço que se pagaria pela construção do progresso. Com a expansão econômica, paulatinamente, viria junto a solução para as mazelas sociais. Bastaria, portanto, operar em termos macroeconômicos para que a igualdade se produzisse. Nesta medida, não seria necessário investir em políticas sociais, já que o desenvolvimento social seguir-se-ia automaticamente ao desenvolvimento econômico. Seria impossível dividir o bolo antes que ele crescesse. O desenvolvimento seria um processo inevitavelmente cruel, banhado em sangue, suor e lágrimas, e não se separaria de uma etapa na qual ocorreria "uma importante restrição do bem-estar no curto prazo em troca da obtenção de recompensas muito maiores no futuro" (Amartya Sen).

A grande maioria dos latino-americanos sabe bem a que levaram tais convicções. Foram perdidos anos preciosos à espera de um desenvolvimento que operaria milagres. A industrialização se acelerou e virou fato marcante em quase todos os países sem que se dessem passos firmes em direção ao desenvolvimento social. A América Latina não melhorou como deveria nas áreas estratégicas, na saúde, na habitação, na educação, sem falar na distribuição de renda.

Com o fim das ditaduras e a generalizada retomada da vida democrática no continente, mudou a sensibilidade dos governos para com a questão. Falas, promessas e intenções tornaram-se mais generosas e importantes avanços legais foram alcançados. Apesar disso, o fosso permaneceu dilatado. Os gastos governamentais com o social não subiram, poucos esforços foram despendidos para melhorar a qualidade da gestão das políticas sociais, quase nada foi feito para valorizar seriamente o “capital humano” dos diversos países. A inoperância dos governos ressoou na sociedade, colaborando sobremaneira para tensionar as relações sociais e a convivência democrática.

Aos poucos, foi aumentando a sensação de que a situação se aproximou demais de seu limite. Foi-se reconhecendo que o crescimento econômico não traz por si só desenvolvimento social e que políticas e ajustes macroeconômicos recessivos são poderosas fontes geradoras de pobreza e desigualdade. É verdade que quanto mais tardar a dinamização das economias, maiores serão as distâncias sociais. Mas é impossível imaginar um crescimento econômico sustentável sem investimentos regulares, expressivos e permanentes no social. A pobreza e a desigualdade deformam a economia, quebram-lhe a competitividade e estiolam seus mercados, chegam mesmo a bloquear o próprio crescimento. Por isso, a política econômica não pode continuar a ser concebida de costas para a sociedade, como atributo de técnicos e funcionários preocupados em racionalizar custos e privilegiar a lógica dos mercados: ela precisa ter um forte e claro conteúdo social. A adoção de políticas sociais especificamente voltadas para a diminuição da desigualdade gera estímulos fantásticos nos vários níveis da sociedade. Sua contribuição para a economia, por exemplo, é notável, tanto em termos de aumento da eficiência dos trabalhadores quanto em termos de estabilidade. Sem diminuição da desigualdade e da exclusão, além do mais, a política e a democracia ficam permanentemente ameaçadas.

Este “novo” modo de pensar as consequências da pobreza e as relações entre o econômico e o social freqüenta agendas de governos, de ONGs e de partidos democráticos, tornou-se recomendação expressa de importantes agências internacionais de fomento, como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nunca se reuniram tantos apoios para uma causa tão nobre. O caminho não está inteiramente aberto e a lógica cega e irracional da globalização capitalista está mais viva do que nunca. Mas não deixa de ser motivo de esperança perceber que o campo de batalha está delimitado, e nele pequenas vitórias têm repercussões de impacto incomensurável.

3. Da década de 1990 para cá, estamos às voltas com um **ciclo sem projetos nacionais**, como costumamos falar.

É um ciclo que gira em torno de três eixos principais: democratização, desenvolvimento e reforma.

O contexto geral de globalização capitalista, ao promover uma certa “desconstrução” dos Estados-nação, força a que os **aparelhos de Estado** adquiram maior preeminência do que o **Estado como comunidade de destino**. A reforma do aparelho de Estado subiu ao palco e arrastou consigo, para os bastidores, a idéia mesma de Estado e, por extensão, de comunidade nacional. O Estado tornou-se um personagem incômodo na nova ordem mundial em constituição.

Ao mesmo tempo em que se diluem as imagens e os símbolos nacionais, a questão nacional reaparece, no mundo, sob a forma do fundamentalismo religioso, do fanatismo xenófobo e da afirmação daquilo que Castells chamou de “identidades de resistência”.

É um tipo de nacionalismo em parte à moda antiga (apaixonada e cegamente irracional) e em parte antiinstitucional. Seus protagonistas são movimentos, não partidos. É a “sociedade civil”, bem mais que o Estado. Até sua noção de direitos de cidadania parece ancorar fora da nação, num território cosmopolita que não dá muito abrigo ao que acontece no plano mais concreto da vida nacional.

4. Como pensar o desenvolvimento neste contexto?

(4.a) É impossível conceber vida comunitária sem espaços organizados e sem estratégias de desenvolvimento.

(4.b) Hoje, a organização dos espaços e a definição das estratégias de desenvolvimento são objetivadas sempre mais de modo compartilhado. As nações (e seus Estados) tornaram-se interdependentes e não podem dar passos isolados, num andamento exclusivo.

(4.c) Mas as nações não desapareceram e nem deixaram de ser protagonistas estratégicas da aventura histórica mundial. Ainda continuam a ser os grandes elos que unem o planeta. Sem elas não há rede mundial. Não é verdade que tudo acontece exclusivamente a partir dos interesses das empresas e dos mercados. Não necessitamos somente de instituições mundiais de regulação, que “dêem um Estado” à sociedade mundial em constituição e controlem o mercado irresponsável. Precisamos também de Estados

nacionais capazes de atuar com generosidade em seus âmbitos específicos de atuação e de jogar um papel positivo no mundo.

(4.d) Sendo isso verdadeiro, ou ao menos razoável, a questão do projeto nacional mantém-se mais viva do que nunca. Continua a ser indispensável descobrir um modo de manter e atualizar os laços que unem as pessoas em comunidades que são essencialmente nacionais, ainda que não sejam mais apenas nacionais.

(4.e) O diferencial é que hoje não dá para simplesmente concentrar esforços no Executivo forte e esperar que ele “faça a história”. Não dá para desalojar a sociedade civil e o mundo dos movimentos do palco dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, porém, o social não basta a si próprio: na ausência de um Estado, o social desvincula-se da idéia republicana, ou seja, converte-se em um espaço de interesses autonomizados, mas não de direitos. O melhor terreno para o desencadeamento de dinâmicas de emancipação, de liberdade e de autodeterminação não é o Estado em sentido estrito (ou seja, o mundo do governo, da administração ou do poder), mas a sociedade civil, quer dizer, a malha de movimentos e associações com as quais os interesses sociais se organizam e buscam se afirmar perante os demais, diante do Estado e como Estado.

(4.f) Hoje, também não dá para minimizar o valor da democracia política e a força da democratização. Sem dinâmicas dialógicas e sem formas ampliadas e sustentáveis de participação, não haverá avanços. Ficou para trás a idéia de que o decisionismo estatal abre as portas do futuro.

(4.g) Por fim, é impossível reiterar a idéia tradicional de desenvolvimento, qual seja, a do desenvolvimento econômico impetuoso e não-sustentável, indiferente à natureza e aos homens.

5. Um projeto nacional e democrático de desenvolvimento – em torno do qual pode crescer um novo pensamento crítico, de esquerda – será simultaneamente:

- (a)** democrático e institucional,
- (b)** construtivista e deliberativo,
- (c)** participacionista e dialógico,
- (d)** ecológico e desenvolvimentista,
- (e)** distributivista e igualitário.

6. Particularmente no que diz respeito à idéia de desenvolvimento, creio ser possível observar também o seguinte.

(6.1) Há hoje algumas limitações dramáticas ao desenvolvimento à moda antiga. O próprio meio ambiente, a natureza, não suporta mais a continuidade da predação. Não teria como assimilar a reiteração de um esforço de expansão que se concentrasse na produção intensiva de bens supérfluos, maciçamente distribuídos, repletos de “valor agregado” mas incapazes de gerar valorização social. Uma hipotética tentativa de incentivar os países pobres a acelerar suas turbinas para se aproximarem dos países ricos esbarraria numa crise ecológica de proporções catastróficas.

(6.2) Há também uma limitação ética ao mero prosseguimento de um padrão de desenvolvimento indiferente à sorte das comunidades. Trata-se de uma limitação que apenas desponha, mas que certamente ganhará fôlego daqui para frente.

(6.3) Um novo modelo de desenvolvimento terá de ser economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente equilibrado, tecnologicamente avançado, focado na qualidade do produto e da vida, bem como capaz de incorporar pessoas, não apenas tecnologia. Terá de **ser sustentável**. Traduzindo em detalhes, trata-se de um desenvolvimento capaz de:

- desconcentrar, distribuir renda e produzir equilíbrios;
- progredir em ritmo mais lento e com menor competitividade;
- colar-se às reais necessidades sociais (e não apenas aos interesses de mercados e empresas);
- basear-se na responsabilidade e na responsabilização de todos, e de modo particular das empresas e dos mercados;
- ser solidário.
- articular grandes, médios e pequenos empreendimentos.

(6.4) Desenvolvimento é mais que crescimento. Não se trata de inovação tecnológica ou de expansão produtiva em sentido estrito. Se não trouxer consigo empregos e humanidade, vale pouco. Desenvolvimento precisa viabilizar uma “vida melhor”, não apenas superávits e aumentos do PIB.

7. Não poderá haver desenvolvimento sustentável sem regulação. Qualquer forma avançada de crescimento e de progresso somente se objetivará se for politicamente

concebido, sustentado e controlado. O desenvolvimento é uma decisão política e pressupõe um pacto social.

(7.1) A regulação política, porém, não poderá mais ser estritamente estatal. Não se trata apenas de “mais Estado”, sobretudo se isto significar “mais aparelho de Estado” e “mais intervenção estatal”. Nas atuais condições sócio-políticas, a regulação terá de ser também social: terá de abrir espaço para “mais sociedade civil”. Além de decisões (de investimento, de alocação de recursos, de políticas públicas), necessita-se também de opiniões e pressões ético-políticas.

8. Não pode haver desenvolvimento – e muito menos desenvolvimento sustentável – sem algum tipo de **contestação da dominância do capital financeiro**, e isso no mínimo por duas razões:

(8.1) Por sua volatilidade e por sua natureza “parasitária”, este capital permite apenas um crescimento artificial, trava a produção e instabiliza a economia, deixando-a sem condições de gerar movimentos orgânicos e regulares de expansão.

(8.2) O capital financeiro tem, como programa político, uma reforma do Estado que afasta o Estado da regulação e impossibilita qualquer política social conseqüente. Converte a política social, na melhor das hipóteses, numa mera continuidade da compensação tradicional (o que não pode ser desprezado), impossibilitando-a de se traduzir numa ação reformadora efetivamente distributiva e aberta para a reformulação do pacto social e do perfil social da sociedade.

(8.3) A contestação do capital financeiro não precisa ser entendida em chave revolucionarista, como se fosse possível uma ruptura súbita e categórica com a ordem sistêmica capitalista. Ela só pode ser feita em termos processuais.

(8.4) Aceitar a dominância do capital financeiro representa a reiteração dos mesmos interesses de classe (das alianças e dos projetos de poder) que têm patrocinado a atual armação sócio-cultural do capitalismo globalizado. Significa, em suma, manter inalterada a direção de classe da orientação macroeconômica, da política social e da reforma do Estado, por mais que se possam admitir mudanças tópicas no plano do discurso, da formulação de programas sociais generosos ou do gerenciamento público.

9. Tanto para ser construído quanto para ser implementado e sustentado, um novo desenvolvimento requer uma **modificação generalizada no modo de ver o mundo, de organizar as atividades, de agir politicamente e de pensar teoricamente:**

- um novo **associativismo**;
- um novo **padrão de demanda**: aprender a “pedir menos”;
- um novo **modo de compor as agendas**;
- uma nova **teoria democrática**, de perfil não-institucionalista, ou seja, que saiba pensar o institucional como parte da experiência histórica viva, como produto dela, não como uma variável independente ou como a resultante de modelos abstratamente concebidos;
- novas **formas de luta**, baseadas na negociação, na persuasão, no convencimento público, numa pressão social que não se divorcie da ação institucional, em “tempos mais longos”.

Esta é certamente uma conclusão insuficiente. Mas creio que ela pode nos ajudar a manter distância da tentação de pensar e projetar o desenvolvimento em termos “patrióticos” e ufanistas ou à moda antiga, como derivação exclusiva do estatal.